

JAFPLUS, LDA. – Website: [www.jafplus.pt](http://www.jafplus.pt)

Política de Privacidade e Proteção de Dados

## Regulamento Geral de Proteção de Dados - RGPD

O [website www.jafplus.pt](http://www.jafplus.pt) é um serviço informativo da empresa Jafplus, Lda. Este comunicado de privacidade e proteção de dados explica como usamos a informação pessoal que recolhemos acerca de si quando usa este *website*.

A proteção de dados, o respeito pelos utilizadores do *website* e de todos aqueles que se relacionam diretamente ou indiretamente com os nossos serviços e empresa são absolutamente prioritários. Sempre que visitar a nossa página de *internet*, é armazenado o endereço de IP utilizado pelo seu computador, a data e a hora.

No entanto, se um utilizador do nosso *website* solicitar através dos formulários constantes a utilização de um dos serviços especiais, o tratamento de dados pessoais pode ser necessário. Se o tratamento de dados pessoais for necessário e não houver base estatutária para tal tratamento, obtemos o consentimento do titular dos dados. Neste sentido existem duas situações específicas:

- Formulário de pedido de contacto em que os dados solicitados (nome e apelido, *email*, telemóvel, morada e mensagem de texto) serão exclusivamente utilizados para preparação prévia do contacto comercial, por telefone ou por *email*, dado que a informação a prestar pode ser influenciada pela localização do utilizador, nomeadamente quanto aos serviços e produtos a aconselhar;
- Manifestação de interesse em receber informação (na forma de *email-newsletter*) sobre as novidades, produtos, notícias e conselhos sobre o tema “Energia” e sobre a marca Jafplus. Essa manifestação é realizada, duplamente, em duas fases: 1. Preenchimento do campo que menciona esse interesse presente no rodapé da página *web* e clicando no botão enviar; 2. Ao receber o *email* gerado na primeira fase o utilizador deverá clicar no *link* para reconfirmar o seu interesse.

O tratamento de dados pessoais – como o nome, morada, endereço de *email*, ou número de telefone – vai estar sempre em conformidade com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), e de acordo com os regulamentos de proteção de dados específicos do país e aplicáveis à Jafplus. Por meio desta declaração de proteção de dados, a nossa empresa pretende informar o público em geral sobre a natureza, alcance, e finalidade dos dados pessoais que recolhemos, usamos e tratamos. Além disso, os titulares dos dados são informados, por meio desta declaração de proteção de dados, dos direitos que os assistem.

Como controlador, a Jafplus implementou várias medidas técnicas e organizacionais para assegurar a proteção mais completa dos dados pessoais tratados através deste *website*. No entanto, as transmissões de dados baseadas na *Internet* podem, em princípio, ter lacunas de segurança, e, portanto, a proteção absoluta pode não ser garantida. Por este motivo, cada titular dos dados é livre de nos transferir dados pessoais através de meios alternativos, por exemplo, por telefone ou *email*. Pode encontrar várias formas de entrar em contacto connosco em <https://jafplus.pt/contactos>.

Deverá ter em conta que a Jafplus não pode garantir que todos os URL neste documento estejam funcionais aquando da leitura do mesmo. Todos os URL presentes nesta declaração de proteção de dados são verificados como corretos e ativos no momento da redação deste documento; contudo, a Jafplus não pode garantir que os URL para *websites* externos permaneçam funcionais ao longo do tempo, pois tais URL estão sujeitos a alterações ao critério do proprietário do *website* externo.

Poderá obter mais informações sobre a política de privacidade e proteção de dados, da Jafplus, fora deste âmbito através da leitura das condições particulares e gerais anexas aos serviços que prestamos, também disponíveis em [www.jafplus.pt](http://www.jafplus.pt).

### 1. Definições

Esta declaração de proteção de dados baseia-se nos termos utilizados pelo legislador europeu para a adoção do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), em vigor a partir de 25 de maio de 2018. A nossa declaração de proteção de dados deve ser legível e compreensível para o público em geral, bem como para os nossos clientes e parceiros de negócios. Para garantir isso, gostaríamos de começar por explicar a terminologia utilizada.

Nesta declaração de proteção de dados, usamos, os seguintes termos:

- Dados pessoais

Dados pessoais significa qualquer informação relacionada com uma pessoa singular identificada ou identificável (“titular dos dados”). Uma pessoa singular identificável é aquela que pode ser identificada, direta ou indiretamente, em particular por referência a um identificador como um nome, um número de identificação, dados de localização, um identificador *online*, ou a um ou mais fatores específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural, ou social dessa pessoa natural.

- Titular dos dados

O titular dos dados é qualquer pessoa singular identificada ou identificável, cujos dados pessoais são tratados pelo controlador responsável pelo tratamento.

- Tratamento

O tratamento é qualquer operação ou conjunto de operações que seja executada em dados pessoais ou em conjuntos de dados pessoais (seja ou não por meios automatizados), como a recolha, gravação, organização, estruturação, armazenamento, adaptação ou alteração, recuperação, consulta, uso, divulgação por transmissão, divulgação ou disponibilização, alinhamento ou combinação, restrição, apagamento ou destruição.

- Restrição de tratamento

A restrição do tratamento é a marcação de dados pessoais armazenados com o objetivo de limitar o seu tratamento no futuro.

- Traçamento de perfis

Significa qualquer forma de tratamento automatizado de dados pessoais consistindo na utilização de dados pessoais para avaliar certos aspetos pessoais relacionados com uma pessoa singular, em particular para analisar ou prever aspetos relativos ao desempenho dessa pessoa no trabalho, situação económica, saúde, preferências pessoais, interesses, confiabilidade, comportamento, localização ou movimentos.

- Pseudonimização

A pseudonimização é o tratamento de dados pessoais de tal forma que os dados pessoais não possam mais ser atribuídos a um titular de dados específico sem recorrer a informações suplementares, desde que essas informações suplementares sejam mantidas separadamente e estejam sujeitas a medidas técnicas e organizacionais para garantir que os dados pessoais não possam ser atribuídos a uma pessoa singular identificada ou identificável.

- Controlador de Dados ou Controlador ou Controlador responsável pelo tratamento

Controlador de Dados ou Controlador ou Controlador responsável pelo tratamento é a pessoa singular ou jurídica, autoridade pública, agência ou outro órgão que (sozinho ou em conjunto com outros) determina os propósitos e meios de tratamento de dados pessoais. Quando os fins e os meios de tal tratamento são determinados pela legislação da União ou do Estado-Membro, o controlador ou os critérios específicos para a sua nomeação podem ser indicados pela legislação da União ou do Estado-Membro.

- Processador de Dados ou Processador ou Subcontratante

Processador de Dados ou Processador ou Subcontratante é uma pessoa singular ou jurídica, autoridade pública, agência, ou outro órgão que trata dados pessoais em nome do controlador.

- Destinatário

O destinatário é uma pessoa singular ou jurídica, uma autoridade pública, uma agência, ou outro órgão, à qual os dados pessoais são divulgados, seja ela terceiro ou não. No entanto, as autoridades públicas que podem receber dados pessoais no âmbito de um inquérito específico em conformidade com a legislação da União ou dos Estados-Membros não devem ser consideradas como destinatárias; o tratamento desses dados por essas autoridades públicas deve estar em conformidade com as regras de proteção de dados aplicáveis de acordo com os fins do tratamento.

- Terceiro

O terceiro é uma pessoa singular ou jurídica, uma autoridade pública, uma agência, ou outro organismo que não o titular dos dados, o controlador, o processador, e as pessoas que, sob a autoridade direta do controlador ou do processador, estão autorizadas a tratar dados pessoais.

- Consentimento

O consentimento do titular dos dados é qualquer indicação livremente dada, específica, informada, e inequívoca da vontade do titular dos dados – por meio de uma declaração ou por uma Ação afirmativa clara – em que expressa acordo sobre o tratamento de dados pessoais relacionados com ele/ela.

## 2. Nome e endereço do Controlador

O controlador, para efeitos do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e outras leis de proteção de dados aplicáveis nos Estados-Membros da União Europeia e outras disposições relacionadas com a proteção de dados, é:

- JAFPLUS, Lda.
- Avepark, Zona Industrial da Gandra
- Sala 216, Apartado 4152
- 4805-017 Barco GMR
- Portugal
- Telefone: 808 100 500
- Email: [comercial@jafplus.pt](mailto:comercial@jafplus.pt)
- Website: [www.jafplus.pt](http://www.jafplus.pt)

## 3. Cookies

Este *website* usa *cookies*. Os *cookies* são ficheiros de texto que são armazenados num sistema de computador através de um navegador da *Internet*.

Muitos *websites* e servidores da *Internet* usam *cookies*. Muitos *cookies* contêm um ID de *cookie*, que consiste num identificador exclusivo do *cookie*. Ele consiste numa *string* (ou seja, um conjunto de caracteres) que as páginas da *Internet* e os servidores podem atribuir ao navegador da *Internet* específico no qual o *cookie* está armazenado. Isso permite que os *websites* e servidores da *Internet* visitados diferenciem o navegador individual do titular de dados de outros navegadores da *Internet* que contenham outros *cookies*. Um navegador de *Internet* específico pode ser reconhecido e identificado usando o ID de *cookie* exclusivo.

Através da utilização de *cookies*, o *website* pode fornecer aos utilizadores desse *website* serviços de mais fácil utilização, que não seriam possíveis sem a configuração de *cookies*.

Através de um *cookie*, as informações e ofertas no nosso *website* podem ser otimizadas com o utilizador em mente. Os *cookies* permitem-nos, como mencionado anteriormente, reconhecer os utilizadores do nosso *website*. O objetivo deste reconhecimento é tornar mais fácil para os utilizadores a navegação pelo nosso *website*. O utilizador do *website* que usa *cookies*, por exemplo não precisa inserir dados de acesso cada vez que o *website* é acedido, porque isso é assumido pelo *website*, e o *cookie* é armazenado no sistema informático do utilizador. Outro exemplo é o *cookie* de um carrinho de compras numa loja *online*: a loja *online* regista os itens que um cliente colocou no carrinho de compras virtual através de um *cookie*.

O titular dos dados pode, a qualquer momento, impedir a configuração de *cookies* no nosso *website* por meio de uma configuração correspondente do navegador da *Internet* usado e, portanto, negar permanentemente a configuração de *cookies*. Além disso, os *cookies* já configurados podem ser apagados a qualquer momento através de um navegador da *Internet* ou outros programas de *software*. Isso é possível em todos os navegadores de *Internet* populares e é comumente designado de "limpar a *cache*". Se o titular dos dados desativar a configuração de *cookies* no navegador de *Internet* usado, nem todas as funcionalidades do nosso *website* podem ser totalmente utilizáveis.

## 4. Recolha de dados e informações gerais

Este *website* recolhe alguns dados gerais e informações quando um titular de dados ou um sistema automatizado acede ao *website*. Estes dados e informações gerais são armazenados nos arquivos de *log* do servidor. Os dados recolhidos podem ser compostos por (1) tipos de navegador e versões usadas, (2) o sistema operativo usado pelo sistema que efetua o acesso, (3) o *website* através do qual o sistema chega ao nosso *website* (o chamado referente), (4) os sub-*websites*, (5) a data e hora de acesso ao *website* da *Internet*, (6) um endereço de protocolo de *Internet* (endereço IP), (7) o fornecedor de serviços de *Internet* do sistema que acede ao *website* e (8) quaisquer outros dados e informações semelhantes que podem ser usados em caso de ataque aos nossos sistemas de tecnologia da informação.

Ao usar esses dados e informações gerais, não tiramos conclusões sobre o titular dos dados. Em vez disso, esta informação é necessária para (1) entregar o conteúdo do nosso *website* corretamente, (2) otimizar o conteúdo do nosso *website*, bem como o seu anúncio, (3) garantir a viabilidade a longo prazo dos nossos sistemas de tecnologia da informação e tecnologia do *website*, e (4) fornecer às autoridades responsáveis pela aplicação da lei as informações necessárias para o processo penal em caso de ataque cibernético. Portanto, analisamos os dados e informações recolhidos estatisticamente, com o objetivo de aumentar a proteção e a segurança de dados da nossa empresa, e garantir um ótimo nível de proteção para os dados pessoais que tratamos. Os dados anónimos dos

arquivos de *log* do servidor são armazenados separadamente de todos os dados pessoais fornecidos por um titular de dados.

#### 5. Subscrição da nossa *newsletter* (boletim informativo)

Neste *website*, os visitantes têm a oportunidade de se inscrever na *newsletter* (boletim informativo) da nossa empresa. Os campos determinam quais os dados pessoais que são transmitidos.

Informamos regularmente os clientes e parceiros de negócios através de uma *newsletter* sobre as ofertas da empresa. A *newsletter* da empresa só pode ser recebida pelo titular de dados se (1) este tiver um endereço de *email* válido, e (2) este se inscrever para a receção da *newsletter*. Por razões legais, um *email* de confirmação será enviado para o endereço de *email* registado pela primeira vez pelo titular dos dados para o envio de *newsletters*, num procedimento normalmente conhecido como “dupla inscrição”. Este *email* de confirmação é usado para verificar se o proprietário do endereço de *email* – como titular de dados – deseja receber a *newsletter*.

Os dados pessoais recolhidos como parte de um registo para a *newsletter* só serão utilizados para enviar a nossa *newsletter*. Além disso, os assinantes da *newsletter* podem ser informados por *email*, desde que tal seja necessário para a operação do serviço de *newsletter* ou um registo em questão, como poderia ser o caso de modificações na oferta de *newsletter*, ou a alteração de circunstâncias técnicas. Não haverá transferência de dados pessoais recolhidos pelo serviço de *newsletter* para terceiros. O titular dos dados pode desinscrever-se da *newsletter* a qualquer momento comunicando ao controlador através da opção remover presente em cada *newsletter* enviada. O consentimento do titular para o armazenamento de dados pessoais, pode ser revogado a qualquer momento. Para este efeito, o endereço de contacto pode ser encontrado em cada *newsletter*.

#### 6. Rastreamento da *newsletter*

A *newsletter* da Jafplus é enviada recorrendo a serviços externos sendo que reúne todos os requisitos que garantem a proteção dos dados. A nossa *newsletter* contém os chamados *pixels* de rastreamento. Um *pixel* de rastreamento é um gráfico em miniatura incorporado em tais *emails*, que são enviados em formato HTML para permitir a gravação e análise de arquivos de *log*. Isso permite uma análise estatística do sucesso ou falha das campanhas de *marketing online*. Com base no *pixel* de rastreamento incorporado, a nossa empresa pode ver se e quando um *email* foi aberto por um titular de dados e quais os endereços no *email* que foram invocados por titulares de dados.

Tais dados pessoais recolhidos nos *pixels* de rastreamento contidos nas *newsletters* são armazenados e analisados pelo controlador, a fim de otimizar o envio da *newsletter*, bem como para adaptar o conteúdo de futuras *newsletters* ainda melhor aos interesses do titular dos dados. Estes dados pessoais não serão transmitidos a terceiros. O titular dos dados tem, em qualquer momento, o direito de revogar a respetiva declaração de consentimento emitida por meio do procedimento de dupla inscrição. Após uma revogação, esses dados pessoais serão suspensos e não serão mais utilizados para envio de quaisquer *newsletters*.

#### 7. Possibilidade de contacto via *website*

O website [www.jafplus.pt](http://www.jafplus.pt) contém informações que permitem um contacto eletrónico rápido com a nossa empresa, bem como uma comunicação direta connosco, o que também inclui um endereço geral do chamado correio eletrónico (endereço de *email*). Se um titular de dados entrar em contacto com o controlador por *email* ou através de um formulário de contacto, os dados pessoais transmitidos pelo titular dos dados são armazenados automaticamente. Esses dados pessoais transmitidos de forma voluntária pelo titular dos dados ao controlador de dados são armazenados com o propósito de tratar ou entrar em contacto com o titular dos dados. Não há transferência desses dados pessoais para terceiros.

#### 8. Rotina de eliminação e bloqueio de dados pessoais

O controlador de dados deve tratar e armazenar os dados pessoais do titular dos dados apenas durante o período necessário para atingir o objetivo do armazenamento, ou na medida em que isso seja concedido pelo legislador europeu ou outros legisladores em leis ou regulamentos a que o controlador esteja sujeito.

Se a finalidade de armazenamento não for aplicável, ou se um prazo de armazenamento prescrito pelo legislador europeu ou outro legislador competente expirar, os dados pessoais são rotineiramente bloqueados ou apagados de acordo com os requisitos legais.

#### 9. Direitos do titular de dados

- Direito de ser informado

Cada titular de dados tem o direito – concedido pelo legislador europeu – de saber como os dados pessoais por si fornecidos serão usados pelo controlador ou pelo processador.

A presente declaração de proteção de dados explica como todos os dados pessoais recolhidos podem ser usados. Se um titular de dados tiver alguma dúvida sobre como os seus dados pessoais serão usados, ele/ela pode, em qualquer momento, contactar diretamente o nosso Encarregado de Proteção de Dados ou outro funcionário do controlador.

- **Direito de confirmação**

Cada titular de dados tem o direito – concedido pelo legislador europeu – de obter confirmação do controlador sobre se os dados pessoais relativos a ele/ela estão ou não a ser tratados. Se um titular de dados desejar usufruir deste direito de confirmação, ele/ela pode, em qualquer momento, contactar diretamente o nosso Encarregado de Proteção de Dados ou outro funcionário do controlador.

- **Direito de acesso**

Cada titular de dados tem o direito – concedido pelo legislador europeu – de obter do controlador, a qualquer momento e gratuitamente, informações sobre os seus dados pessoais armazenados e uma cópia desta informação. Além disso, as diretivas e regulamentos europeus concedem ao titular dos dados acesso à seguinte informação:

- Os objetivos do tratamento;
- As categorias de dados pessoais em causa;
- Os destinatários ou categorias de destinatários a quem os dados pessoais foram ou serão divulgados, em particular os destinatários em países terceiros ou organizações internacionais;
- Se possível, o período previsto para o qual os dados pessoais serão armazenados ou, se não for possível, os critérios utilizados para determinar esse período;
- A existência do direito de solicitar ao controlador a retificação ou eliminação de dados pessoais, ou a restrição do tratamento de dados pessoais relativos ao titular dos dados, ou de se opor a tal tratamento;
- A existência do direito de apresentar uma queixa junto de uma autoridade de supervisão;
- Quando os dados pessoais não são recolhidos do titular dos dados, qualquer informação disponível sobre a sua origem;
- A existência de tomadas de decisão automatizadas, incluindo a definição de perfis, a que se referem os Artigos 22(1) e (4) do RGPD e – pelo menos nesses casos – informações significativas sobre a lógica envolvida, bem como a importância e as consequências previstas de tal tratamento para o titular dos dados.

Além disso, o titular dos dados tem o direito de obter informações sobre se os dados pessoais são transferidos para um país terceiro ou para uma organização internacional. Quando é o caso, o titular dos dados tem o direito de ser informado das salvaguardas apropriadas relativas à transferência.

Se um titular de dados desejar usufruir deste direito de acesso, ele/ela pode, em qualquer momento, contactar diretamente o nosso Encarregado de Proteção de Dados ou outro funcionário do controlador.

- **Direito de retificação**

Cada titular de dados tem o direito – concedido pelo legislador europeu – de obter do controlador sem demora indevida a retificação de dados pessoais imprecisos sobre ele/ela. Tendo em conta os propósitos do tratamento, o titular dos dados tem o direito de preencher os dados pessoais incompletos, inclusive mediante a apresentação de uma declaração complementar.

Se um titular de dados desejar usufruir deste direito de retificação, ele/ela pode, em qualquer momento, contactar diretamente o nosso Encarregado de Proteção de Dados ou outro funcionário do controlador.

- **Direito de apagamento (Direito de ser esquecido)**

Cada titular de dados tem o direito – concedido pelo legislador europeu – de obter do controlador o apagamento de dados pessoais que lhe dizem respeito sem demora injustificada, e o controlador tem a obrigação de apagar os dados pessoais sem atrasos indevidos quando um dos seguintes motivos se aplica, desde que o tratamento não seja necessário:

- Os dados pessoais não são mais necessários em relação ao propósito para o qual foram recolhidos ou de outra forma tratados.

- O titular dos dados retira o consentimento em que se baseia o tratamento, nos termos do Artigo 6(1)(a) ou do Artigo 9(2)(a) do RGPD, e não existe outro fundamento jurídico para o tratamento.
- O titular dos dados opõe-se ao tratamento nos termos do Artigo 21(1) do RGPD e não existem motivos legítimos para o tratamento, ou o titular dos dados opõe-se ao tratamento nos termos do Artigo 21(2) do RGPD.
- Os dados pessoais foram tratados ilegalmente.
- Os dados pessoais devem ser apagados para cumprimento de uma obrigação legal na legislação da União ou do Estado-Membro a que o controlador está sujeito.
- Os dados pessoais foram recolhidos em relação à oferta de serviços da sociedade da informação a que se refere o Artigo 8(1) do RGPD.

Se um dos motivos acima mencionados se aplica, e o titular dos dados deseja solicitar o apagamento de dados pessoais armazenados, ele/ela pode, em qualquer momento, contactar diretamente o nosso Encarregado de Proteção de Dados ou outro funcionário do controlador. O Encarregado de Proteção de Dados ou outro funcionário deve assegurar prontamente que o pedido de apagamento seja imediatamente cumprido.

Se a nossa empresa tiver disponibilizado dados pessoais e for responsável pela exclusão de dados pessoais de acordo com o Artigo 17(1), a NOSSA EMPRESA – levando em consideração a tecnologia disponível e os custos de implementação – deve tomar medidas razoáveis, incluindo medidas técnicas, para informar outros controladores a tratar os dados pessoais publicados que o titular dos dados solicitou o apagamento por parte desses controladores de quaisquer ligações, ou cópias ou replicação, desses dados pessoais, a menos que o tratamento seja necessário. O Encarregado de Proteção de Dados ou outro funcionário providenciará as medidas necessárias em casos individuais.

- **Direito de restrição do tratamento**

Cada titular de dados tem o direito – concedido pelo legislador europeu – de obter do controlador a restrição de tratamento se uma das seguintes condições se aplicar:

- A precisão dos dados pessoais é contestada pelo titular dos dados, por um período que permite ao controlador verificar a precisão dos dados pessoais.
- O tratamento é ilegal e o titular dos dados opõe-se ao apagamento dos dados pessoais e solicita a restrição de sua utilização.
- O controlador não precisa mais dos dados pessoais para fins de tratamento, mas são requeridos pelo titular dos dados para o estabelecimento, exercício, ou defesa de reivindicações legais.
- O titular dos dados opõe-se ao tratamento nos termos do Artigo 21(1) do RGPD, e ainda não está claro se os motivos legítimos do controlador anulam os do titular dos dados.

Se uma das condições acima mencionadas for cumprida, e o titular dos dados desejar solicitar a restrição do tratamento de dados pessoais por nós armazenados, ele/ela pode, em qualquer momento, contactar diretamente o nosso Encarregado de Proteção de Dados ou outro funcionário do controlador. O Encarregado de Proteção de Dados da NOSSA EMPRESA ou outro funcionário providenciará a restrição do tratamento.

- **Direito à portabilidade de dados**

Cada titular de dados tem o direito – concedido pelo legislador europeu – de receber os dados pessoais referentes a ele/ela, que foram fornecidos a um controlador, num formato estruturado, de uso comum e legível por máquinas. Ele/ela tem o direito de transmitir esses dados para outro controlador sem impedimento do controlador ao qual os dados pessoais foram fornecidos, desde que o tratamento seja baseado no consentimento nos termos do Artigo 6(1)(a) ou do Artigo 9(2)(a) do RGPD, ou num contrato de acordo com o Artigo 6(1)(b) do RGPD, e o tratamento é realizado por meios automatizados, desde que o tratamento não seja necessário para o desempenho de um tarefa realizada no interesse público ou no exercício da autoridade oficial conferida ao controlador.

Além disso, ao exercer o seu direito à portabilidade de dados de acordo com o Artigo 20(1) do RGPD, o titular de dados tem o direito de ter dados pessoais transmitidos diretamente de um controlador para outro, onde tecnicamente viável e quando, ao fazê-lo, não afeta negativamente os direitos e as liberdades de outros.

Para assegurar o direito à portabilidade de dados, o titular de dados pode, em qualquer momento, contactar diretamente o nosso Encarregado de Proteção de Dados ou outro funcionário do controlador.

- Direito de objeção

Cada titular de dados tem o direito – concedido pelo legislador europeu – de se opor, por motivos relacionados com a sua situação particular, a qualquer momento, ao tratamento de dados pessoais que lhe digam respeito, com base no Artigo 6(1)(e) ou (f) do RGPD. Isso também se aplica à definição de perfis com base nessas disposições.

A nossa empresa não vai mais tratar os dados pessoais em caso de objeção, a menos que possamos demonstrar motivos legítimos convincentes para o tratamento que anulam os interesses, direitos, e liberdades do titular de dados, ou para o estabelecimento, exercício, ou defesa de reivindicações jurídicas.

Se a nossa empresa tratar dados pessoais para fins de *marketing* direto, o titular dos dados terá o direito de se opor, a qualquer momento, ao tratamento de dados pessoais relativos a ele/ela para esse *marketing*. Isso também se aplica à definição de perfis, na medida em que está relacionado com esse *marketing* direto. Se o titular dos dados nos contactar para se opor ao tratamento para fins de *marketing* direto, não trataremos mais os dados pessoais para esses fins.

Além disso, o titular dos dados tem o direito, por motivos relacionados com a sua situação particular, de se opor ao tratamento de dados pessoais que lhe digam respeito para fins de investigação científica ou histórica, ou para fins estatísticos nos termos do Artigo 89(1) do RGPD, a menos que o tratamento seja necessário para o desempenho de uma tarefa realizada por razões de interesse público.

Para exercer o direito de objeção, o titular dos dados pode, em qualquer momento, contactar diretamente o nosso Encarregado de Proteção de Dados ou outro funcionário do controlador. Além disso, o titular dos dados é livre – no contexto da utilização dos serviços da sociedade da informação e não obstante a Diretiva 2002/58/CE – utilizar o seu direito de oposição por meios automatizados, utilizando as especificações técnicas.

- Tomada de decisão individual automatizada, incluindo a definição de perfis

Cada titular de dados tem o direito – concedido pelo legislador europeu – de não ser sujeito a uma decisão baseada unicamente no tratamento automatizado, incluindo a definição de perfis, que produza efeitos jurídicos a seu respeito ou, de forma semelhante, o afeta significativamente, desde que a decisão (1) não seja necessária para a celebração, ou execução, de um contrato entre o titular dos dados e um controlador de dados, (2) não esteja autorizado pela legislação da União ou do Estado-Membro a que o controlador está sujeito e que também estabelece medidas adequadas para salvaguardar os direitos e liberdades e interesses legítimos do titular dos dados, ou (3) não se baseie no consentimento explícito do titular dos dados.

Se a decisão (1) for necessária para a celebração, ou execução, de um contrato entre o titular dos dados e um controlador de dados, ou (2) se basear no consentimento explícito do titular dos dados, o controlador deve implementar medidas razoáveis para salvaguardar os direitos e liberdades e os interesses legítimos do titular dos dados, incluindo pelo menos o direito de obter uma intervenção humana por parte do responsável pelo tratamento, para expressar o seu ponto de vista, e contestar a decisão.

Se um titular de dados desejar usufruir dos seus direitos relativos à tomada de decisões individuais de forma automática, ele/ela pode, em qualquer momento, contactar diretamente o nosso Encarregado de Proteção de Dados ou outro funcionário do controlador.

- Direito de retirar o consentimento ao tratamento de dados

Cada titular de dados tem o direito – concedido pelo legislador europeu – de retirar o seu consentimento ao tratamento de seus dados pessoais a qualquer momento.

Se o titular dos dados desejar exercer o direito de retirar o consentimento, ele/ela pode, em qualquer momento, contactar diretamente o nosso Encarregado de Proteção de Dados ou outro funcionário do controlador.

## 10. Disposições de proteção de dados sobre a aplicação e uso do *Google Analytics* (com a funcionalidade de anonimização)

Neste *website*, o controlador integrou o componente do *Google Analytics* (com a funcionalidade de anonimização). O *Google Analytics* é um serviço de análise *web*. A análise da *Web* é a recolha, agregação, e análise de dados sobre o comportamento dos visitantes em *websites*. Um serviço de análise da *web* recolhe, interliga, dados sobre o *website* do qual uma pessoa veio (o chamado referente), quais as páginas visitadas, ou com que frequência e que duração

uma página foi visualizada. As análises da *web* são usadas principalmente para a otimização de um *website* e para realizar uma análise custo-benefício da publicidade na *Internet*. Os dados relativos a cada utilizador são guardados durante 50 meses, sendo depois definitivamente apagados.

O operador do componente do *Google Analytics* é Google Inc., 1600 Amphitheatre Parkway, Mountain View, CA 94043-1351, Estados Unidos da América.

Para a análise *web* através do *Google Analytics*, o controlador usa o recurso “*anonymizeIp*”. Através deste recurso, o endereço IP da ligação à *Internet* do titular de dados é obtido pela *Google* e anonimizado ao aceder aos nossos *websites* a partir de um Estado Membro da União Europeia ou de outro Estado Contratante no Acordo sobre o Espaço Económico Europeu.

O objetivo do componente *Google Analytics* é analisar o tráfego no nosso *website*. A *Google* usa os dados e informações recolhidos, entre outros, para avaliar o uso do nosso *website* e fornecer relatórios *online*, que mostram as atividades nos nossos *websites* e para nos fornecer outros serviços sobre o uso do nosso *website* na *Internet*.

O *Google Analytics* coloca um *cookie* no sistema de tecnologia da informação do titular de dados. A definição de *cookies* é explicada acima. Com a configuração do *cookie*, a *Google* é capaz de analisar o uso do nosso *website*. Com cada chamada a uma das páginas individuais deste *website* da *Internet*, que é operado pelo controlador e no qual um componente do *Google Analytics* foi integrado, o navegador da *Internet* no sistema de tecnologia da informação do titular de dados enviará automaticamente dados através do componente do *Google Analytics* para fins de publicidade *online* e liquidação de comissões para a *Google*. No decorrer deste procedimento técnico, a empresa *Google* ganha conhecimento de informações pessoais, como o endereço IP do titular de dados, que permite à *Google*, entre outras coisas, entender a origem dos visitantes e cliques e, posteriormente, definir comissões.

O *cookie* é usado para armazenar informações pessoais, como o tempo de acesso, a localização a partir da qual o acesso foi feito, e a frequência das visitas ao nosso *website* pelo titular de dados. Com cada visita ao nosso *website*, tais dados pessoais, incluindo o endereço IP do acesso à *Internet* usado pelo titular de dados, serão transmitidos para a *Google* nos Estados Unidos da América. Estes dados pessoais são armazenados pela *Google* nos Estados Unidos da América. A *Google* pode passar os dados pessoais recolhidos através deste procedimento técnico a terceiros.

O titular de dados pode, como indicado acima, impedir a configuração de *cookies* no nosso *website* a qualquer momento por meio de um ajuste correspondente do navegador da *web* usado e, portanto, negar permanentemente a configuração de *cookies*. Esse ajuste ao navegador também impedirá o *Google Analytics* de configurar um *cookie* no sistema de tecnologia da informação do titular de dados. Além disso, os *cookies* já utilizados pelo *Google Analytics* podem ser excluídos a qualquer momento através do navegador da *web* ou de outros programas de *software*.

Além disso, o titular de dados tem a possibilidade de se opor a uma recolha de dados que são gerados pelo *Google Analytics*, que está relacionado ao uso deste *website*, bem como ao tratamento desses dados pela *Google*. Para isso, o titular de dados deve descarregar um complemento do navegador no endereço [tools.google.com/dlpage/gaoptout](https://tools.google.com/dlpage/gaoptout) e instalá-lo. Este complemento de navegador informa o *Google Analytics* – através de *JavaScript* – que quaisquer dados e informação sobre as visitas de páginas da *Internet* não podem ser transmitidas para o *Google Analytics*. A instalação do complemento do navegador é considerada uma objeção pela *Google*. Se o sistema de tecnologia da informação do titular de dados for posteriormente apagado, formatado, ou recém-instalado, o titular de dados deve reinstalar o complemento do navegador para desativar o *Google Analytics*. Se o complemento do navegador foi desinstalado pelo titular de dados ou por qualquer outra pessoa que seja atribuível à sua esfera de competência, ou está desativado, é possível executar a reinstalação ou a reativação do complemento do navegador.

Mais informações e as disposições de proteção de dados aplicáveis da *Google* podem ser consultadas em [www.google.com/intl/en/policies/privacy](https://www.google.com/intl/en/policies/privacy) e também em [www.google.com/analytics/terms/us.html](https://www.google.com/analytics/terms/us.html). O *Google Analytics* é explicado em [www.google.com/analytics](https://www.google.com/analytics).

## 11. Base jurídica para o tratamento

O Artigo 6(1)(a) do RGPD serve como base jurídica para operações de tratamento, para as quais obtemos o consentimento para um propósito de tratamento específico.

Se o tratamento de dados pessoais for necessário para a execução de um contrato do qual o titular de dados seja parte – como é o caso, por exemplo, quando as operações de tratamento são necessárias para o fornecimento de bens ou para fornecer qualquer outro serviço – o tratamento é efetuado com base no Artigo 6(1)(b) do RGPD. O mesmo se aplica às operações de tratamento necessárias para a realização de medidas pré-contratuais, por exemplo no caso de consultas sobre os nossos produtos ou serviços.

Se a nossa empresa estiver sujeita a uma obrigação legal pela qual o tratamento de dados pessoais é exigido – como o cumprimento de obrigações fiscais – o tratamento é baseado no Artigo 6(1)(c) do RGPD.

Em casos raros, o tratamento de dados pessoais pode ser necessário para proteger os interesses vitais do titular de dados ou de outra pessoa singular. Este seria o caso, por exemplo, se um visitante fosse ferido na nossa empresa e o seu nome, idade, dados do seguro de saúde, ou outra informação vital teriam que ser transmitida a um médico, hospital, ou outro terceiro. Nesse caso, o tratamento seria baseado no Artigo 6(1)(d) do RGPD.

Finalmente, as operações de tratamento podem basear-se no Artigo 6(1)(f) do RGPD. Esta base jurídica é utilizada para operações de tratamento que não são abrangidas por nenhum dos fundamentos legais acima mencionados, se o tratamento for necessário para os interesses legítimos exercidos pela nossa empresa ou por um terceiro, exceto quando esses interesses são anulados pelos interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados que exigem proteção de dados pessoais. Tais operações de tratamento são particularmente permitidas porque foram especificamente mencionadas pelo legislador europeu, que considerou que um interesse legítimo poderia ser assumido se o titular dos dados for um cliente do controlador (Recital 47 Frase 2 do RGPD).

#### 12. Interesses legítimos exercidos pelo controlador ou por um terceiro

Sempre que o nosso tratamento de dados pessoais se baseie no Artigo 6(1)(f) do RGPD, o nosso legítimo interesse é a realização dos nossos negócios em favor do bem-estar de todos os nossos funcionários e acionistas.

#### 13. Período durante o qual os dados pessoais serão armazenados

Os critérios utilizados para determinar o período de armazenamento de dados pessoais são o respetivo período de retenção legal. Após a expiração desse período, os dados correspondentes são rotineiramente apagados, desde que não sejam mais necessários para o cumprimento do contrato ou o início de um contrato.

#### 14. Redes Sociais

Este *website* faz uso de botões de chamada (hiperligações) para redes sociais da própria empresa. Não há qualquer transferência de dados entre este *website* e essas redes sociais. Uma vez direcionados para qualquer uma dessas redes sociais, todas as normas de proteção e regulação de dados privados é da exclusiva responsabilidade desses mesmos serviços.

#### 15. Hiperligações (Links)

Este *website* pode conter hiperligações (*links*) para outros sítios eletrónicos (*sites*). Não nos responsabilizamos pelas políticas de privacidade desses mesmos sítios eletrónicos. Recomenda-se aos utilizadores que, quando acedam a outros sítios eletrónicos, consultem as páginas que, dentro desses *sites*, se refiram às suas políticas de privacidade.

#### 16. Tomadas de decisão automatizadas

Como uma empresa responsável, abstermo-nos da tomada de decisões ou da definição de perfis de forma automática com base na informação recolhida.

#### 17. Dúvidas

Em caso de dúvida ou esclarecimento de qualquer aspeto da nossa Política de Privacidade e de Proteção de Dados, por favor informar a nossa empresa através dos meios e/ou contactos constantes nesta Política de Privacidade e de Proteção de Dados.

Esta Política de Privacidade e Proteção de Dados foi publicada e/ou alterada em 18 de janeiro de 2019.